

EXPRESSÕES DO AGRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM UBERABA (MG).

Matheus de Oliveira Ferreira¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha²

RESUMO: A questão agrária brasileira, marcada pela conflitualidade, se acirra com o avanço do agronegócio, encontrando no latifúndio *locus* determinante para a sua expansão. Esse trabalho realizou uma análise sobre a territorialização do agronegócio sucroalcooleiro no município de Uberaba (MG) no período de 1990-2017, perpassando a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Através de uma ampla revisão bibliográfica, do levantamento e da sistematização de dados e da produção do material cartográfico, a análise evidenciou que o espaço agrário uberabense, ancorado no latifúndio, é caracterizado pela territorialização do agronegócio, com ímpeto em 2005, a partir da implantação de dois empreendimentos sucroalcooleiros. Em 1990 a área era de 21.000 ha destinados ao plantio de cana-de-açúcar, com uma produção de 1.365.000 t. Já no ano de 2017, a área aumentou para 75.200 ha, com uma produção de 6.768.000 t, tornando-se destaque regional, estadual e nacional. A inserção do capital internacional, as políticas públicas, os incentivos fiscais e a ocupação de áreas de pastagens e de gêneros agrícolas, são fatores que marcam a territorialização do setor.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Territorialização; Setor sucroalcooleiro; Uberaba; Cana-de-açúcar.

AGRIBUSINESS´S EXPRESSIONS IN TRIÂNGULO MINEIRO/ ALTO PARANAÍBA: SUGAR NAD ALCOHOL SECTOR TERRITORIALIZATION.

ABSTRACT: The Brazilian agrarian issue, marked by conflict, is intensified with the advance of agribusiness, finding in the latifundium a determining locus for its

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pesquisador do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). *Email:* matheusolver8@gmail.com

² Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP). Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). *Email:* janaina.vinha@uftm.edu.br

expansion. This work carried out an analysis on the territorialization of sugar and alcohol agribusiness in the city of Uberaba (MG) in the period 1990-2017, spanning the mesoregion of the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Through a wide bibliographic review, the collection and systematization of data and the production of cartographic material, the analysis showed that the agrarian space in Uberaba, anchored in the latifundium, is characterized by the territorialization of agribusiness, with impetus in 2005, from the implantation two sugar and alcohol projects. In 1990 the area was 21,000 ha destined for the planting of sugar cane, with a production of 1,365,000 t. In 2017, the area increased to 75,200 ha, with a production of 6,768,000 t, becoming a regional, state and national highlight. The insertion of international capital, public policies, tax incentives and the occupation of pasture areas and agricultural products are factors that mark the sector's territorialization.

KEYWORDS: Agribusiness; Territorialization; Sugar and alcohol sector; Uberaba; Sugar cane.

EXPRESSIONES AGROINDUSTRIALES EN EL TRIANGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: LA TERRITORIALIZACIÓN DEL SECTOR DEL AZÚCAR Y EL ALCOHOL EM UBERABA (MG)

RESUMEN: La cuestión agraria brasileña, marcada por el conflicto, se intensifica con el avance de los agronegocios, encontrando en el latifundio un lugar determinante para su expansión. Este trabajo llevó a cabo un análisis sobre la territorialización de los agronegocios de azúcar y alcohol en la ciudad de Uberaba (MG) en el período 1990-2017, que abarca la mesorregión del Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A través de una amplia revisión bibliográfica, la recopilación y sistematización de datos y la producción de material cartográfico, el análisis mostró que el espacio agrario en Uberaba, anclado en el latifundio, se caracteriza por la territorialización del agronegocio, con impulso en 2005, desde la implantación dos proyectos de azúcar y alcohol. En 1990 el área era de 21,000 ha destinadas a la siembra de caña de azúcar, con una producción de 1,365,000 t. En 2017, el área aumentó a 75,200 ha, con una producción de 6,768,000 t, convirtiéndose en un destacado regional, estatal y nacional. La inserción de capital internacional, políticas públicas, incentivos fiscales y la ocupación de pastizales y productos agrícolas son factores que marcan la territorialización del sector.

PALABRAS CLAVE: Agronegocios; Territorialización; Sector de azúcar y alcohol; Uberaba Caña de azúcar.

INTRODUÇÃO

No contexto de um país periférico, o Brasil possui extremas desigualdades socioespaciais, presentes desde a gênese do seu processo de formação

territorial. A disparidade no acesso à terra, manifestada pela concentrada estrutura fundiária, e a conseqüente disputa territorial, geraram formas e organizações divergentes. Acompanhar as transformações espaciais engendradas pela agricultura capitalista é um dos elementos que compõe a questão agrária brasileira. Logo, este estudo buscou compreender o setor sucroalcooleiro entre 1990 e 2017 no município de Uberaba (MG), considerado como expressão do processo de territorialização do agronegócio.

A questão agrária deve ser entendida diante da lógica desigual, complexa e plural do desenvolvimento capitalista moderno (OLIVEIRA, 2001), e tratada em diálogo com a conflitualidade (FERNANDES, 2005). Isso quer dizer que refletir sobre a expansão da agricultura capitalista exige, também, avançar sobre a discussão que perpassa a territorialização do agronegócio. Para isso, buscamos referências que compreenderam a questão agrária, e particularmente o agronegócio, como Oliveira (1999), Bruno (2008), Cavalcante (2008), Fernandes (2001; 2005; 2007; 2008; 2011; 2015), Fabrini (2008), Teubal (2008), Cleps Jr. et al. (2016); Castillo (2015; 2015a). Nas discussões sobre território, o referencial teórico amparou-se em Raffestin (1993), Haesbaert (2002) e Fernandes (2005; 2008).

Além de realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre esses temas, foram coletados, organizados, sistematizados e processados dados sobre a produção e a área ocupada pela cana-de-açúcar, compilados da Produção Agrícola Municipal - PAM (SIDRA/IBGE), para demonstrar o processo de territorialização no período supracitado. O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) é um banco de dados de vastas temáticas, dentre elas o PAM. O PAM abrange dados estatísticos da produção agrícola dos municípios brasileiros, e está organizado em várias escalas (Grandes regiões, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios). Também foram elaboradas pranchas nas escalas

estadual, com enfoque no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e municipal – Uberaba.

Como resultados, destacamos a expressiva territorialização da cana-de-açúcar após o ano de 2005, com elevação significativa da quantidade de área e produção dominada por essa cultura. Esse período é marcado por uma crise internacional do petróleo, fato que impulsionou a implantação das unidades processadoras de cana. Uberaba, cuja formação territorial foi forjada em comunhão com o latifúndio e a pecuária, alicerces para a posterior hegemonia do agronegócio, passou a abrigar duas usinas no início do século, com destaque para a produção de álcool, açúcar e energia. No município, ao expandir os domínios da pecuária à *commodity* agrícola, a agricultura capitalista detêm o controle sobre o espaço, transformando-o em território e promovendo o processo de territorialização do capital. A inserção do capital internacional, as políticas públicas, os fiscais e a ocupação de áreas de pastagens e de gêneros agrícolas, são características que marcam a territorialização do setor.

498

O texto foi organizado em três partes principais – além dessa introdução e das considerações finais. A primeira faz uma discussão sobre a relação entre território e agronegócio; a segunda versa sobre a questão agrária e as disputas territoriais da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, dando ênfase à Uberaba; a terceira analisa a expansão da cultura da cana-de-açúcar na mesorregião e Uberaba (MG) entre 1990 e 2017, entendendo-a como expressão do processo de territorialização do agronegócio que se intensifica em ambas escalas.

TERRITÓRIO E AGRONEGÓCIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O espaço é considerado a principal categoria de estudo da Geografia (SANTOS, 2014). A complexidade e a amplitude da sua compreensão desdobra sua análise em outros conceitos chave, como o território, por exemplo. No

contexto de Uberaba (MG), o agronegócio vem ampliando seu domínio e poder sobre o espaço, transformando-o em território e promovendo o processo de territorialização do capital. Uma das vias é por intermédio do setor sucroalcooleiro, que se expande com mais intensidade na região com a instalação de duas usinas no início do século XXI.

A questão agrária é travejada de muitos aspectos e dimensões. É uma questão estrutural, fruto histórico, enraizada nas matrizes formativas do território brasileiro. Diante da multiplicidade de elementos que envolvem tal questão, há várias interpretações que a desnudam. Pode ser apreendida pela existência do trabalho escravo, pela estrangeirização de terras, pela resistência e luta dos movimentos sociais ou mesmo pela histórica expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. Logo, há um amplo campo para investigá-la.

Para Fernandes (2008), há um item de suma importância para a compreensão da questão agrária: a conflitualidade. A conflitualidade explicita os contrastes e as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista. Exalta as desigualdades, como a concentrada estrutura fundiária e as lutas sociais que contestam esse modelo.

No que tange o escopo geográfico, nesse ensaio, lançamos o olhar para a questão agrária como uma questão territorial que emana conflitualidade (FERNANDES, 2008). São nos territórios que a natureza se transforma e as relações de poder, domínio e controle político são construídas e materializam a questão agrária (FERNANDES, 2008). Assim, os territórios podem ser espaços sociais e culturais em que se inscreve o poder (RAFFESTIN, 1993).

“O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p. 27). O território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalar) e dimensões

(multidimensional) (FERNANDES, 2005). Nesse trabalho, o foco está no território do agronegócio, bem como no seu processo de territorialização.

Haesbaert (2002) também atribui outros sentidos ao conceito, e afirma que para além do controle e domínio político, o território pode ser organizado pela apropriação, incorporando uma dimensão simbólica, identitária e afetiva. O território se revela mais que um simples conjunto de objetos no qual se realiza o trabalho social, a circulação e a moradia, mas também configura-se como uma apropriação simbólica.

Essas concepções diferem muito daquelas que emergiram na Geografia no último quartel do século XIX. Mesmo diante de um movimento de reformulação da disciplina, para Friedrich Ratzel, alemão e prussiano, o território constitui-se num substrato, palco dos acontecimentos e da vida, local em que a evolução humana se realiza, podendo ser sinônimo de solo, terra ou recurso natural. Essa é uma visão importante no interior do pensamento geográfico que perdurou por muitas décadas, mas ainda sim conservadora para realizar uma leitura das disputas por terra que caracterizam o espaço agrário brasileiro. Ela também diverge do conceito de território apresentado por Raffestin (1993) e Fernandes (2008) e que ampara as reflexões aqui compartilhadas.

No campo brasileiro, o avanço do agronegócio exprime as relações de poder manifestadas pela histórica disputa territorial. O agronegócio possui uma lógica de produção voltada à acumulação e ampliação do capital, reflexo do capitalismo no campo (CAVALCANTE, 2008). “Compreende a produção agropecuária, sua comercialização, o processamento industrial, a distribuição e o consumo final de alimentos. Contempla essencialmente os agentes socioeconômicos que participam destes processos e as formas com que se articulam entre si (TEUBAL, 2008, p. 141).

Para Fernandes (2007), além da agricultura e da indústria, o agronegócio é um complexo de sistemas que inclui o mercado e as finanças, voltado ao

mercado de *commodities* (FERNANDES, 2007), amplificado por uma economia globalizada e que articula várias frentes de atuação. É interpretado como modelo de desenvolvimento territorial que atua no campo das políticas públicas, com um Estado alinhado ideologicamente; no campo midiático, através da alienação e construção de narrativas que corroboram para a propagação da ideologia desenvolvimentista e responsável pela alimentação humana; no campo da atividade científica, com massivos investimentos em projetos, estudos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, dotados de inovação e robusta tecnologia.

O Estado brasileiro se mostrou como um dos maiores aliados da agricultura capitalista. No Brasil, o agronegócio penetrou avidamente durante os governos Collor e Itamar, momento em que o governo passou a adotar medidas de cunho liberal para atrair o mercado internacional, em especial, visando o grande potencial agrícola dos anos 1990 e que permanece até os dias atuais.

É um modelo paradoxal, pois embora detenha grandes porções territoriais e apresente uma agricultura economicamente produtiva e com incrementos tecnológicos, em sua essência, é também aniquiladora da vida, produzindo o desemprego, trabalho escravo, violência, exploração e expropriação as comunidades rurais e indígenas (BRUNO, 2008). Há uma ambiguidade na lógica de produção da agricultura capitalista, porquê embora seja altamente produtiva, direcionada à produtos de interesse do mercado internacional, é igualmente devastadora. Destrói os ambientes naturais - que a partir do processo de modernização da agricultura passaram a ser altamente explorados e modificados; esgota e exaure o solo, o potencial hídrico e a cobertura vegetal para o plantio das *commodities*; avança em direção às áreas de conservação e preservação ambiental; ameaça as populações camponesas, indígenas e quilombolas, promovendo a miséria e outras barbáries (FABRINI, 2008).

Esse modelo de desenvolvimento territorial é controlado por corporações transnacionais que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia (FERNANDES, 2007). Não possuem qualquer compromisso com a nação, e servem à lógica da economia globalizada (CASTILLO, 2015). A inserção dessas transnacionais conta com a presença recorrente do Estado, que juntamente com interesses políticos e ideológicos do agronegócio, elaboram políticas públicas direcionadas à agricultura capitalista e financiam esse setor.

No Brasil, e especialmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, três grandes projetos foram responsáveis pela territorialização do agronegócio: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), em 1975, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), em 1979, e o Programa Brasileiro de Álcool (PROÁLCOOL), em 1975, os quais serão retomados na próxima secção.

As políticas públicas voltadas ao agronegócio estão espalhadas por toda a América Latina, região periférica do capitalismo em que o controle das diretrizes das políticas de “desenvolvimento territorial rural” encontra plena abertura e respaldo. Essas políticas advêm de instituições internacionais, cujo discurso e diretrizes pautam-se em ações que prometem acabar com a pobreza rural. Entretanto, tais propostas contêm um embasamento desconexo com a realidade do campo, uma vez que a conflitualidade entre agronegócio e campesinato, bem como a desigual correlação de forças que subalternizam a pequena produção, são negligenciadas. Tais propostas de desenvolvimento estão alinhadas ao projeto neoliberal, e possibilitam que o setor privado se territorialize com mais facilidade e suprima outros modelos de desenvolvimento (GÓMEZ, 2008).

A territorialização do agronegócio se faz de forma absoluta e relativa, ou seja, as terras podem ser compradas ou mesmo arrendadas pelas corporações para que se efetive o controle e domínio territorial (CAVALCANTE, 2008). A

centralidade está no poder que o capital exerce sobre o espaço. São territórios destinados à produção de mercadorias, em especial *commodities*, como é o caso da cana, fazendo com que a paisagem se organize de forma peculiar:

Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios (FERNANDES, 2008, p. 285).

Quando se observa uma paisagem produzida pela agricultura capitalista, nota-se um certo pragmatismo e homogeneidade nas formas, cores, processos e agentes de formação (FERNANDES, 2008). Essas paisagens são facilmente percebidas no espectro do visível. Quando se atravessa a BR-050, por exemplo, do estado de Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo, observa-se uma rigidez na materialidade que se expressa na paisagem entre essas regiões. Geralmente, apenas uma ou duas *commodities* são vistas nessas paisagens, no caso a soja, o milho e a cana-de-açúcar. No caso da cana, mesmo alternando com outras culturas, a uniformidade é a principal característica da tipologia de paisagem produzida pelo agronegócio.

Antes de apresentar o processo de territorialização, a seguir, incursamos no debate sobre a questão agrária e as disputas territoriais na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

QUESTÃO AGRÁRIA E DISPUTAS TERRITORIAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Partindo do pressuposto que a questão agrária brasileira está fundada na conflitualidade (FERNANDES, 2005), buscamos refletir sobre as disputas

territoriais entre a agricultura capitalista e camponesa que travejam o espaço agrário no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Como visto, a pujança do agronegócio traduz-se como modelo de desenvolvimento adotado para o campo no país, no entanto, esse desenvolvimento do capitalismo ocorre de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 1999). Isso quer dizer que, mesmo diante da intensa territorialização do capitalismo, combina-se outro movimento: a (re)produção do campesinato.

A luta pela terra e a política de reforma agrária revelam esse processo, assumindo que um dos estados mais ricos e industrializados da federação ainda não resolveu as questões voltadas à distribuição de terras. O crescimento extraordinário da economia agrícola mineira não foi compartilhado pelos trabalhadores que produziram essa riqueza, e o aumento da produção e renda ficou concentrada nas mãos daqueles que detêm os meios de produção. No caso da agricultura, naqueles que controlam o poder da propriedade privada, muitas vezes objeto de expropriações, violências e grilagens.

504

Em seu desenvolvimento desigual, os expropriados ocupam a terra como forma de reproduzir o trabalho familiar. Assim, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital, a expropriação e a exploração (FERNANDES, 2001). Ocupar latifúndios, durante muito tempo, foi a principal ação de luta dos movimentos sociais. Contestam, diretamente, a propriedade privada, estratégia que possibilitou a parca e frágil política de reforma agrária no país. Quase 80% dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, são fruto das ocupações de terra (FERNANDES, 2001).

Além das ocupações, os movimentos têm se articulado em outras frentes. Uma delas são as manifestações no campo. Elas são estratégias de luta e resistência organizadas pelos movimentos socioterritoriais que reivindicam condições dignas e justas para a população camponesa. A maioria ocorrem nas

idades e em grandes centros urbanos, e visam denunciar as mazelas e os problemas sociais enfrentados. Configura-se como maneira de pressionar o Estado e, ao mesmo tempo, despertar a consciência crítica da população residente nas cidades (PEREIRA, 2015).

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta um intenso processo de espacialização e territorialização do campesinato via movimentos socioterritoriais, considerada a mesorregião com o maior número de conflitos do estado. Em Minas Gerais, entre 2000-2017, foram 913 manifestações, com maior incidência na região metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, totalizando quase 400 mil famílias e cerca de 620 manifestações (DATALUTA, 2018).

A criminalização dos movimentos socioterritoriais frente às ocupações de terra corrobora para o aumento do número de manifestações em todo o país. Em Minas Gerais, entre 1988-2016, foram 784 ocupações que reuniram mais de 78 mil famílias. Esse processo de luta pela terra foi responsável pela criação de territórios camponeses no estado, com 88 assentamentos criados no período de 1986-2016 (CLEPS JR. et al., 2017).

Independente das ações dos movimentos camponeses, a centralidade das contestações mira, majoritariamente, para se opor a desigual estrutura fundiária. Observando a evolução da estrutura fundiária de Minas Gerais nos anos 1992, 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012, os dados revelam o alto grau de concentração, que não só permaneceu intacto nos últimos 10 anos, como aumentou. Em 1992, mais 84% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam apenas cerca de 18% das terras, enquanto que em 2012, 85% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam aproximadamente 31% das terras (CLEPS JR. et al., 2017).

No estado, como será debatido, a concentração de terras esteve por muito tempo vinculada à pecuária. As áreas de pastagens naturais tem enorme peso

na distribuição, bem como as áreas de lavouras, parcela em que se situa boa parte do campesinato. Na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a concentração fundiária está na casa dos 0,6, porém, a tendência é de aumento ao longo dos anos. Nota-se que em relação ao estado de Minas Gerais, há um crescimento da concentração até o ano de 1998. No ano de 2003, temos a diminuição da concentração, todavia, o índice permanece na casa dos 0,7, o que indica uma alta concentração de modo geral. O reflexo da falta da política efetiva de reforma agrária pode ser vista na tabela 1.

Tabela 1: Minas Gerais – Índice de Concentração de Gini segundo as mesorregiões, 1993, 1998, 2003, 2011 e 2014.

Mesorregião Geográfica	1993	1998	2003	2011	2014
Campo das Vertentes	0,573	0,582	0,557	0,567	0,578
Central Mineira	0,661	0,667	0,669	0,662	0,668
Jequitinhonha	0,657	0,649	0,642	0,645	0,654
Metropolitana de Belo Horizonte	0,671	0,682	0,674	0,670	0,684
Noroeste de Minas	0,656	0,655	0,656	0,657	0,667
Norte de Minas	0,744	0,748	0,710	0,712	0,719
Oeste de Minas	0,607	0,610	0,602	0,606	0,617
Sul/Sudoeste de Minas	0,606	0,610	0,597	0,603	0,614
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,613	0,628	0,620	0,624	0,635
Vale do Mucuri	0,616	0,620	0,615	0,636	0,649
Vale do Rio Doce	0,642	0,642	0,618	0,614	0,63
Zona da Mata	0,569	0,578	0,566	0,581	0,593
Índice do Estado	0,745 *	0,754	0,741	0,000	X

Fonte: CLEPS JUNIOR, J; FREITAS, R. L. de; VICTOR, F. B. (2016)

Em Uberaba, a concentração fundiária também é alta. São 297 propriedades rurais classificadas como grandes (superior a 15 ha) e que ocupam quase 245 mil ha. Dos 420 mil hectares ocupados por todas as propriedades cadastradas no SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), quase 60% está sob o controle do latifúndio, enquanto que os pequenos abrangem apenas 11% (VINHA; MASSON, 2018).

Esse cenário de concentração fundiária está associado às transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo mineiro que remontam séculos passados. Com o declínio da mineração no final do século XVIII, a atividade econômica que passou a forjar as condições necessárias para o processo de ocupação de Minas Gerais foi a agropecuária. É justamente neste período, no início do século XIX, que o Triângulo Mineiro inicia o seu processo de ocupação territorial, cuja produção extensiva de animais regimentou-se como característica que marcou economicamente a região (LOURENÇO, 2010).

No caso de Uberaba, principal núcleo do Triângulo Mineiro na segunda metade do século XIX, a pecuária também foi a primeira e a principal atividade econômica. Essa condição foi propiciada dada às grandes propriedades existentes na região, latifúndios originados das sesmarias que eram doados e/ou vendidos à um preço muito baixo. Essa era a recompensa para aqueles que ousaram “enfrentar” o Sertão da Farinha Podre, região que passou da capitania de Goiás para Minas Gerais ainda no início do século XIX (LOURENÇO, 2010). Alicerçada no latifúndio, a agropecuária se expandiu e aumentou o poder dos grandes fazendeiros. Essa elite fundiária, posteriormente, irá monopolizar os comércios, os quais dificultavam a abertura de novas casas comerciais.

Com sua localização “privilegiada”, em meados do século XIX, Uberaba se tornou um entreposto comercial importante, e com isso alcançou projeção. Apesar disso, por volta do ano de 1860, o declínio comercial assolou o município, uma vez que possuía grande dependência socioeconômica das atividades pastoris desenvolvidas nas grandes propriedades rurais (LOURENÇO, 2010).

Com a chegada da ferrovia da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1889, o comércio foi retomado, porém, a partir de 1895, quando a ferrovia chegou em outros municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, Uberaba perdeu a sua hegemonia mercantil sob as regiões do Pontal do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Goiás e Mato Grosso.

O período de decadência comercial foi interrompido no final da década de 1910, quando pecuaristas impulsionaram o movimento de importação e criação do gado zebu. Em 1919 foi criado a *Herd Book Zebu*, o que garantiu à cidade, desde esse período, o controle sobre o registro genealógico e a certificação dos animais da raça zebu no país. Em 1930, o apoio estatal contribuiu ativamente para o desenvolvimento dessa atividade. Como um estado que congrega a região Concentrada, nas décadas de 1950 e 1960, o processo de modernização conservadora e dolorosa foi imposta à Minas Gerais. Em 1960, a *Herd Book Zebu* foi transformada em Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). Além de deter o monopólio do registro genealógico de zebu, se constitui num reduto da elite agrária que atuou na consolidação e desenvolvimento da pecuária em Uberaba e no Brasil (DOMINGOS, 2018).

Com forte apoio do Estado, responsável pela implantação de infraestrutura e incentivos que subsidiaram o aquecimento capitalista, as áreas do Cerrado mineiro foram integradas ao processo produtivo a partir da década de 1970. Tal ocupação, empreendida na ditadura militar, aproveitou-se da intensa concentração fundiária para fomentar o desenvolvimento industrial e a expansão da fronteira agrícola, dando continuidade ao avanço do capitalismo no campo.

Dessa forma, na década de 1970, iniciou-se o processo de desconcentração das atividades industriais de São Paulo, favorecendo algumas cidades do Triângulo Mineiro, sobretudo Uberaba. O governo militar teve uma preocupação geopolítica que levou o Estado a implementar e priorizar várias ações nas regiões consideradas estratégicas. Como dito anteriormente, no contexto do Cerrado, dois grandes projetos foram responsáveis pela produção e apropriação desse território: o POLOCENTRO, em 1975, e o PRODECER, em 1979. Eles atuaram como programas governamentais de financiamento e incentivo agrícola decisivos que incorporaram a região no projeto de expansão da

fronteira agrícola no país. Buscaram promover melhorias na infraestrutura, logística, técnicas de produção e correção do solo. Evidente que essas mudanças foram dirigidas à acumulação do capital, e no caso do PRODECER, marcou a inserção do capital internacional no Cerrado. Ao alterar profundamente as dimensões técnicas, transformou as relações sociais, em especial às formas de exploração e expropriação dos trabalhadores que culminaram na sujeição da renda ao capital nos setores da produção não-capitalista.

A lógica capitalista no campo também trouxe outra realidade nos anos 1970, sendo o setor sucroalcooleiro a nova estratégia para o desenvolvimento e modernização. No Brasil, este modelo se estabelece com maior força a partir da política do Proálcool, momento em que são instaladas as primeiras usinas do Triângulo Mineiro (PEREIRA, 2011). É um período é considerado o grande propulsor para a territorialização do setor em Uberaba, como será discutido na próxima secção.

TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO - UBERABA (MG)

Os desdobramento do processo de modernização, iniciado no final da década de 1970 no Cerrado, foi fundamental para a década seguinte. Mesmo sem o apoio de políticas estatais direcionadas ao setor nesses anos, como o Proálcool, nesse período a região se consolidou, motivada pela reconcentração das atividades econômicas no Centro-Sul. Em 1990, a região recebeu novos investimentos de grupos nacionais advindos do Nordeste (PEREIRA, 2011), mas é nos anos 2000 que observa-se, no Brasil e na região, a crescente implantação da usinas sucroalcooleiras e a consequente territorialização do capital no campo, em que transnacionais do agronegócio passaram a controlar os sistemas desse complexo.

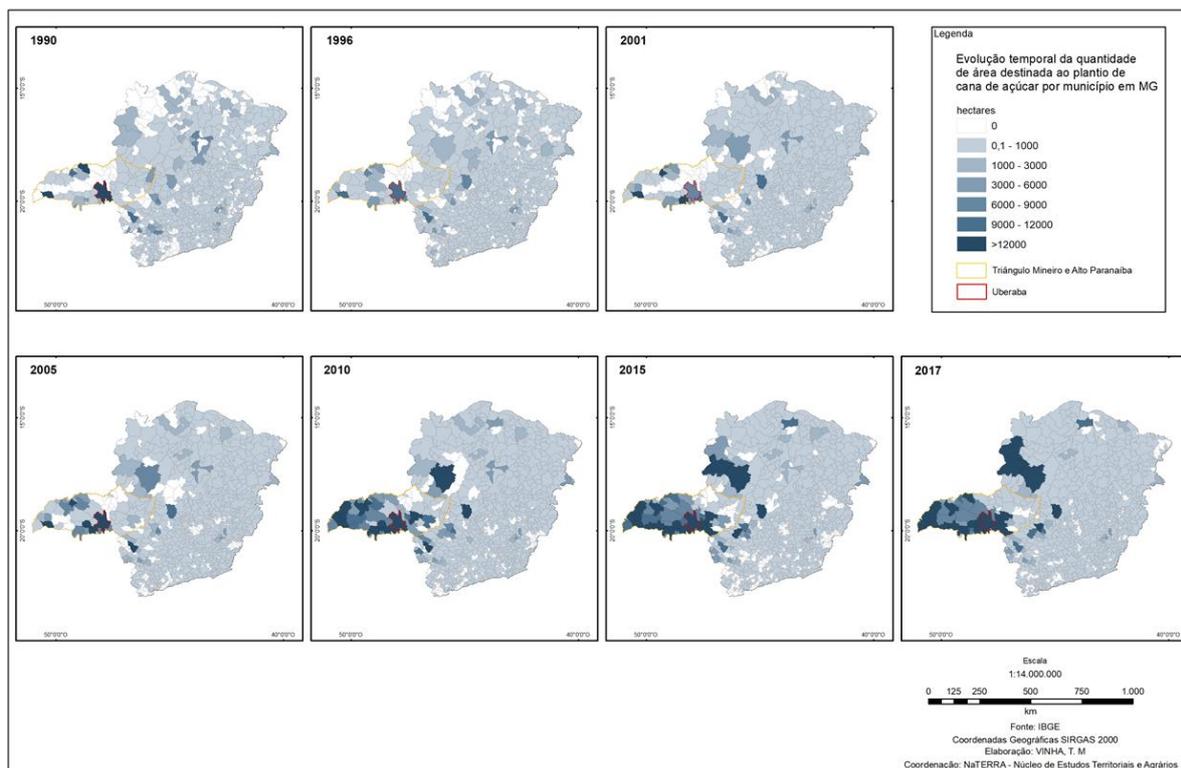
Para a safra 2019/2020, no Brasil, a área colhida foi estimada em 8,38 milhões de hectares e a produção de cana-de-açúcar para 622,3 milhões de

toneladas (CONAB, 2019). No estado de Minas Gerais estão instaladas 42 usinas de etanol e açúcar. Por apresentar topografia, clima e recursos hídricos adequados para o cultivo da cultura, somente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba há 25 unidades, ou seja, a região concentra mais da metade das usinas do estado, distribuídas em mais de 20 cidades (NOVA CANA, 2019).

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba possui grande destaque na produção de cana-de-açúcar no Brasil. Se em 1990 ocupava a 12ª posição no ranking elaborado pelo SIBRA/IBGE dentre as mesorregiões com a maior área destinada à produção no Brasil (7.332.91 ha), no ano de 2000 a região subiu mais uma posição, assumindo a 11ª (10.076.488 ha). Em 2010 ocupava a 5ª posição, com 42.415.800 ha, e no ano de 2017 subiu para a 4ª no ranking, com um total de 51.383.576 ha (SIBRA/IBGE, 2020).

A prancha 1 apresenta um período de 25 anos de domínio do agronegócio no estado. Com destaque para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o avanço da cana nessa região intensificou-se a partir de 2005. A crise do petróleo, em que fontes alternativas de energia passaram a ser de interesse do capital internacional, foi um dos principais fatores (CASTILLO, 2015) (Prancha 1).

Prancha 1: Territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar em Minas Gerais
(1990-2017)

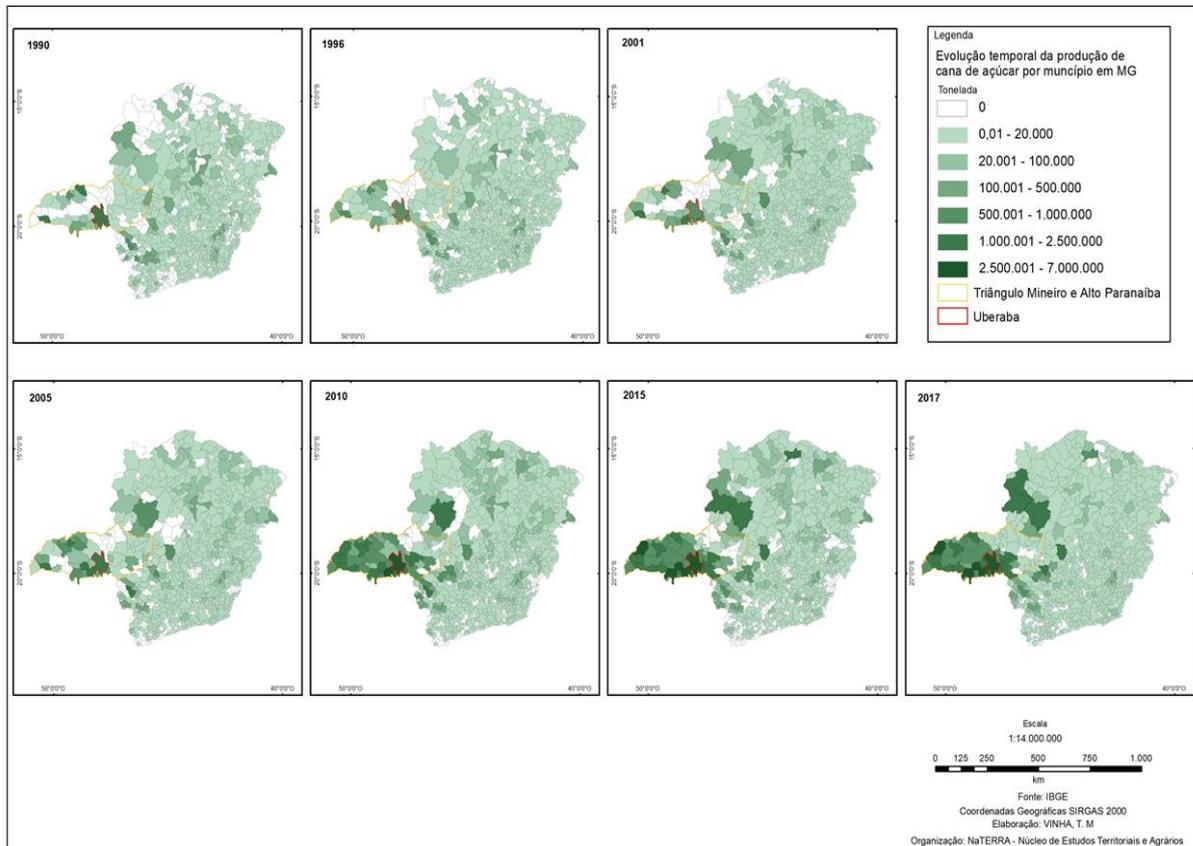


O município de Uberaba possui destaque nas áreas destinadas em todo o período analisado, com leve declínio entre 1996 e 2001, voltando a ter protagonismo em 2005 e permanecendo até os dias atuais. Essa realidade demonstra a centralidade da questão agrária no município, com a continuidade de um projeto de desenvolvimento territorial impulsionado iniciado na década de 1970 e que se renovou com o advento da economia do agronegócio a partir dos anos 1990. O movimento iniciado na década de 1970, dotou a região de infraestrutura, com capacidade de avançar no processo de territorialização do agronegócio via setor sucroalcooleiro. Novos agentes comparecem, bem como capitais externos e as novas áreas produtivas são incorporadas (PEREIRA, 2011).

No que diz respeito a produção do estado, na década de 1990 Minas Gerais ainda não poderia ser considerada um destaque na produção, pois ela ainda é concentrada em alguns municípios do Noroeste mineiro e do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O destaque destas regiões vai desde 1990 até 2017, passando por um breve momento de declínio entre 1996 e 2001, ganhando

força novamente a partir de 2005. Estes dados convergem com os dados de área produzida, que decaíram neste mesmo momento histórico (Prancha 2).

Prancha 2: Produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais (1990-2017)

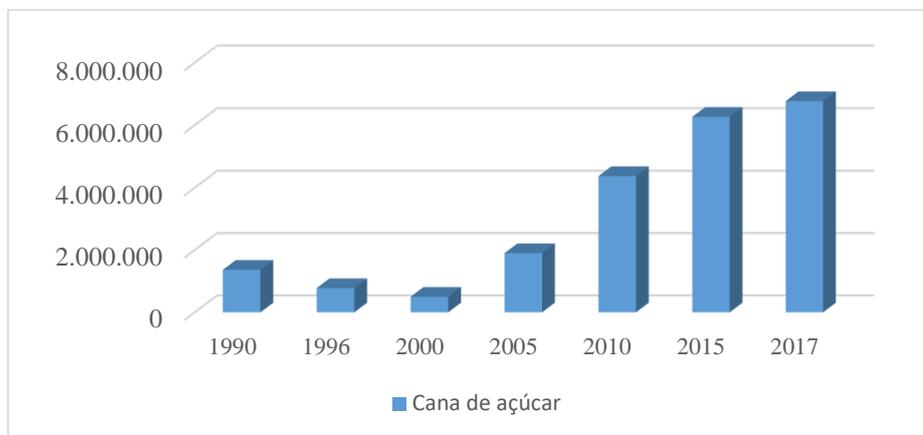


Em 1990 a área era de 21.000 ha destinados ao plantio de cana de açúcar, com uma produção de 1.365.000 t. Já no ano de 2017, a área aumentou para 75.200 ha, com uma produção de 6.768.000 t, tornando-se destaque regional, estadual e nacional. A alta escala de produção, juntamente com o elevado número da área destinada à produção, conduz a problematização sobre o ímpeto da territorialização do capital no campo. Uberaba é protagonista em produção e áreas destinadas a cana, e é a partir de 2010 que ocorrem as mudanças mais significativas.

Como visto, o espaço agrário uberabense transborda o avanço do modo capitalista de produção no campo com a territorialização do agronegócio no

setor sucroalcooleiro. Entre 2017 e 2018, Uberaba foi considerado um dos municípios que mais produziram cana-de-açúcar no Brasil, ocupando o terceiro lugar no ranking nacional segundo o IBGE (2019)³. Com a primeira colheita da Usina Uberaba em 2008, já no ano de 2010 percebe-se um *boom* na produção da cultura (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produção em toneladas de cana-de-açúcar em Uberaba – MG (1990-2017)



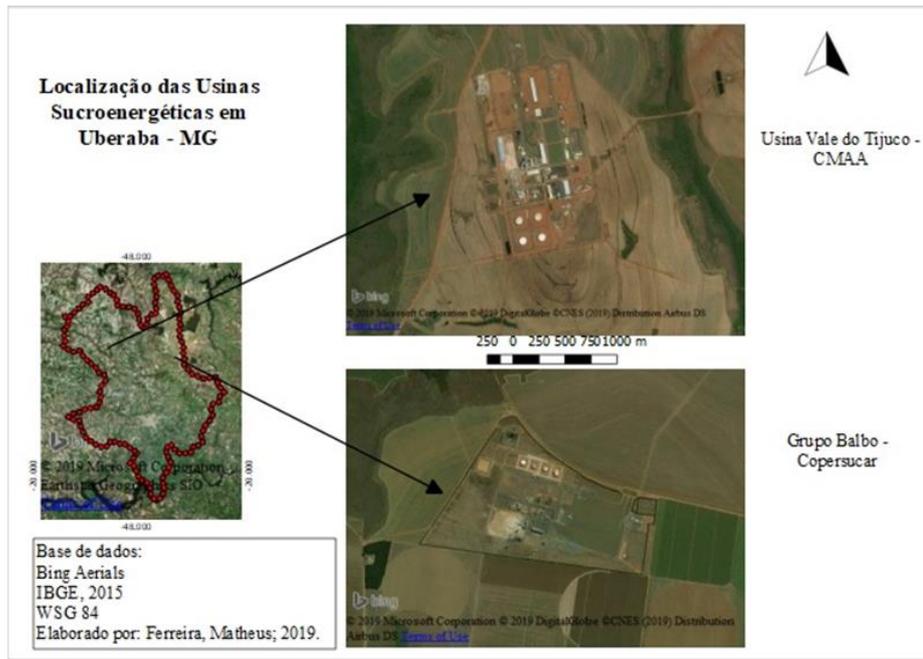
Fonte: SIDRA/IBGE

Elaboração: Ferreira, 2020.

Dentro das delimitações territoriais do município, existem dois empreendimentos que atuam no setor sucroalcooleiro: a Usina Vale do Tijuco (Grupo JF Citrus/CMAA), de Bebedouro-SP, e a Usina Uberaba (Grupo Balbo Copersucar), de Sertãozinho-SP (Mapa 1).

Mapa 1: Localização das usinas sucroalcooleiras em Uberaba (MG)

³ Em primeiro lugar está a cidade de Morro Agudo (SP), e em segundo lugar Rio Brilhante (MS).



Ambos empreendimentos iniciaram suas atividades nos anos 2000. Castillo (2015a) aponta que nesse mesmo período, além da crise internacional do petróleo, houve uma flexibilização do setor sucroenergético em todo o mundo devido a emergência das tecnologias *flexfuel*. No Brasil, a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1991, contribuiu com esse cenário, uma decisão política de cunho neoliberal que afastou o Estado do controle direto do setor. Dessa forma, fontes alternativas de produção foram implementadas, e o setor sucroalcooleiro ganhou outros contornos, ocasionando a instalação de novos empreendimentos em todo o Brasil, principalmente na Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil (SAMPAIO, 2015). Destaca-se que antes dos anos 2000, como apresentando nos mapas, alguns municípios próximos de Uberaba, como Delta, Conquista e Conceição das Alagoas, já tinham empreendimentos sucroalcooleiros que utilizavam de parcelas do território de Uberaba para o plantio da produção. Essa lógica segue até os dias atuais.

A primeira usina, pertencente ao grupo CMAA (Companhia Mineira de Açúcar e Alcool), é denominada Usina Vale do Tijuco, e localiza-se na parte noroeste do município, presente no território desde 2010. O grupo CMAA exerce

grande influência, uma vez que detêm mais dois empreendimentos na mesorregião. O quadro 1 traz informações sobre a usina (Quadro 1).

Quadro 1: Produção da Usina Vale do Tijuco – Grupo CMAA

Moagem	5,0 milhões de toneladas
Etanol	1.200 m ³ /dia
Açúcar	1.750 ton/dia
Energia	85 megawatts
Armazenamento de etanol	80.000 m ³
Armazenamento de açúcar	50.000 toneladas

Fonte: Companhia Mineira de Açúcar e Álcool – CMAA. Elaborado por: Ferreira, 2019.

A segunda usina pertence ao Grupo Econômico Balbo, Usina Uberaba, localizada entre Uberaba e Nova Ponte, região nordeste do município (Quadro 2). Estabeleceu parceria com a Caldepar Empreendimentos e Participações Ltda, subsidiária da empresa Caldema Equipamentos Industriais, fabricante de caldeira, portanto, de capital nacional. A unidade funciona desde 2005, e sua primeira colheita ocorreu em 2008, com 1.000.000 de toneladas. Atualmente, sua capacidade de moagem é de 2,100 milhões de toneladas (GRUPO BALBO, 2019).

Quadro 2: Produção da Usina Uberaba – Grupo Balbo

Cana de açúcar moída	1.988.344 toneladas
Etanol	160.563.000,00 litros
Energia	1, 079.44 megawatts/h

Fonte: Grupo Econômico Balbo.

Elaborado por: FERREIRA, 2019.

Um dos elementos cruciais que contribuíram para a instalação das usinas é a existência do latifúndio. As empresas transnacionais encontraram a condição ideal para o avanço do capital no campo. Essas empresas expressam um “novo” elemento que integra a questão agrária: a estrangeirização de terras. A característica principal reside na intensificação, em escala mundial, da

compra/arrendamento de terras pelo capital internacional procedentes de países ricos e emergentes em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (FERNANDES, 2011). A incorporação de terras por empresas estrangeiras não é um processo novo, entretanto, vivencia-se um momento histórico de internacionalização do capital em que outras dinâmicas necessitam ser analisadas.

A estrangeirização de terras integra-se a um novo ciclo de expansão do capital (SAUER, 2011). Segundo dados do DATALUTA, há cerca de 120 empresas do agronegócio de capital estrangeiro instaladas no Brasil. Essas empresas atuam no ramo de mineração, monocultura de árvores, cultivo de soja, milho, cana-açúcar, amendoim, café, arroz, trigo, feijão, algodão, laranja e até mesmo no mercado de terras (FERNANDES et al., 2017).

Ao contrário do grupo Balbo, a CMAA/Indofood é uma empresa de capital aberto que além de Uberaba, atua em Limeira do Oeste. Foi criada em 2006 pelo Grupo JF Citrus, de Bebedouro (SP), operando em 2010 a sua primeira usina em Uberaba. Em 2013, a Indoagri (Grupo Salim-Indofood), transnacional com sede na Indonésia, adquiriu a participação de 50% na Companhia. Ainda, em 2017, a CMAA comprou a Usina Canápolis, antiga Usina Triálcool, localizada no município de Canápolis, oriunda do Grupo João Lyra - inativa desde a safra 2013/14. A usina ainda não está ativa, mas já recebeu investimentos para a reativação de sua unidade industrial para a safra 2020/21.

Tais operações financeiras continuam a contar com o apoio do Estado. No caso da CMAA, em 2019, foi aprovado um financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de quase R\$ 100 milhões à fim de modernizar a planta industrial da Usina de Canápolis. Fora isso, ainda serão investidos mais de R\$ 131 milhões destinados ao plantio (CEISE, 2019).

Minas Gerais é o segundo estado da federação, seguido da Bahia, que mais possui empresas de capital internacional, com cerca de 35 (FERNANDES et al., 2017). É evidente que esse processo possui particularidades e singularidades em todo o mundo. Na região, por exemplo, a presença de algumas dessas empresas que atuam no complexo da soja são da década de 1980, contudo, com o movimento de mundialização do capital, novas dinâmicas deram conteúdos e formas distintas à velhos processos. Assim, a estrangeirização não pode ser considerada como estratégia nova de investida do capital, mas que dá continuidade à um processo que já estava em curso.

Essas empresas reorientaram a produção e diversificaram seu potencial produtivo, passando do cultivo de grãos para investir seus capitais no setor sucroalcooleiro. Como exposto, a Indofood, percebendo o enorme potencial produtivo agrícola, comprou de metade da CMAA. A empresa é um dos maiores conglomerados asiáticos do agronegócio, com cultivo e processamento de óleo de palma e sementes (VALOR ECONÔMICO, 2013).

Essa reorientação produtiva vem provocando a substituição das culturas agrícolas e agropecuárias em detrimento do cultivo da cana-de-açúcar: atinge 28% sobre a agricultura e 70% sobre as áreas de pastagens (BRITO; REIS, 2012). A mesma dinâmica foi apontada por Porto-Gonçalves e Alentejano (2008) em escala nacional, onde constatou-se a substituição de pastagens pelo cultivo de cana, fato que têm deslocado o gado para a região Centro-Oeste e Amazônia.

Como analisado, essas mudanças, chamadas por Castillo (2015a) de implicações regionais e territoriais, estão presentes em Uberaba, com foco para a inserção do capital internacional, as políticas públicas, os incentivos fiscais e a ocupação de áreas de pastagens e de gêneros agrícolas. Mostram um retrato da mesorregião muito preocupante, de modo que a cada ano novas parcelas no território são incorporadas e controladas por essas corporações, o que culmina na territorialização do agronegócio em ritmo frenético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho deu centralidade ao estudo da questão agrária ao refletir sobre a territorialização do agronegócio no município de Uberaba. Para debater esse processo, apresentou o setor sucroalcooleiro na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no período de 1990-2017.

No auge de uma agricultura globalizada, o agronegócio controla grandes frações do espaço geográfico, transformando-o em território e promovendo o processo de territorialização do setor sucroalcooleiro. É um modelo de desenvolvimento territorial que, financiado pelo Estado e pelas agências internacionais, visa acumular, reproduzir e ampliar seus capitais de forma visceral, contribuindo para o aumento da desigualdade, pobreza, violência, expropriação e exploração de camponeses, indígenas e quilombolas. Destrói a natureza, impondo-se sobre a paisagem e sobre os interesses de toda a sociedade brasileira.

Mesmo diante desse modelo, o desenvolvimento do capitalismo ocorre de forma desigual e contraditória, expressa na mesorregião pela luta pela terra. Essa é uma das formas de (re)produção do campesinato, que através das ocupações de terra e das manifestações, pressiona o Estado na luta pela política de reforma agrária no intuito de construir territórios do campesinato. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a região do estado com o maior número de conflitos, contando com a massiva participação dos movimentos socioterritoriais camponeses. A concentrada estrutura fundiária contribui para a hegemonia do agronegócio, sendo o latifúndio a “cicatriz” que marca o avanço do setor sucroalcooleiro. O papel das políticas públicas que atingiram o Cerrado, sobretudo a partir da década de 1970, foi condição que alavancou a territorialização do capital na região.

O estudo mostrou que, se antes o domínio e o controle territorial do campo estava amparado na cultura de grãos e na pecuária, a partir dos anos

2000, a monocultora da cana é quem toma frente e lidera. Com a chegada da Usina Uberaba e da Usina Vale do Tijuco, a área e a produção da cultura da cana aumentaram significativamente, projetando o município nacionalmente. A inserção do capital internacional, as políticas públicas, os incentivos fiscais e a ocupação de áreas de pastagens e de gêneros agrícolas, são características que marcam o processo de territorialização do setor sucroalcooleiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, J. L. S.; REIS, L. N. G. Mapeamento das áreas de conversão do uso da terra para cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG por meio de imagens Tm/Landsat. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 41, p. 170-186, 2012.

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). **Campeinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83 -106.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético regional e expansão para o bioma cerrado. **Revista GEOgraphia**, ano .17, n. 25, p. 95 – 119, 2015.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil. **GEOgraphia**. Ano 17, n. 35, Dossiê, 2015a.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista Nera**. Presidente Prudente – SP, n.13, ano 11, p. 16 – 25, Jul./Dez. 2008.

CLEPS JUNIOR, J *et al*. Análise da estrutura fundiária de Minas Gerais um balanço de duas décadas (1993 -2014). **Boletim DATALUTA**, p. 2-8, Maio, 2016.

CLEPS JUNIOR, J. (*et al*). **Relatório DATALUTA MINAS GERAIS** – Banco de Dados da Luta pela Terra 2016. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CENTRO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E BIOCOMBUSTÍVEIS (CEISE). **BNDES aprova R\$ 98,7 mi à Usina Canápolis para modernização**. Disponível em: <http://www.ceisebr.com/conteudo/bndes-aprova-r-987-mi-a-usina-canapolis-para-modernizacao.html>. Acesso em 13 de maio de 2020.

COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. << Disponível em: <http://www.cmaa.ind.br/pt> >> Acesso em: 19 dez. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar>. Acesso em 08 de dez. 2019.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente – SP, v.9, n.1, Junho, p. 35 – 62, 2008.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso a terra. In: **XXIII Congresso Internacional da LASA**. Washington, 2001. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf> Acesso em 05 nov. 2019.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. **Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. 2007 <<Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/campesinato-e-agroneg%C3%B3cio-da-laranja-nos-eua-e-brasil> >> Acesso em: 10 jun. 2019.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e Territórios em disputa**. 1. Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273 – 301.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Cadernos Conflitos no Campo – Brasil**. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

FERNANDES, B. M. *et al.* **Relatório DATALUTA Brasil** – Banco de Dados da Luta pela Terra 2016. Presidente Prudente: Unesp, 2017.

FREITAS, R. L. de; CAMPOS, N. L.; CLEPS JR., J. Expansão do agronegócio canavieiro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG a partir da década de 1990. **Observatorium: Revista eletrônica de Geografia**, v.4, n.12, p. 50 – 72, dez 2012.

GÓMEZ, J. R. M. Los Límites del concedo – La propuesta de desarrollo territorial rural em América Latina. In: FERNANDES, B. M. (Org). **Campesinato e**

Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 249- 274, 2008.

GRUPO ECONÔMICO BALBO. Usina Uberaba. 2019. <<Disponível em: <http://www.canaverde.com.br/uberaba-usina-uberaba/> >> Acesso em: 19 dez. 2019.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. << Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama> >> Acesso em: 18 dez. 2019.

LOURENÇO, L. A. B. **O Triângulo Mineiro, do Império à República:** O extremo Oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: EDUFU, 2010.

OLIVEIRA, A. U de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

OLIVEIRA, A. U. de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, São Paulo, set.- dez. 2001.

PAULA NETO, D. A. de. **A modernização do campo brasileiro:** expressões territoriais da pecuária científica e globalizada em Uberaba/MG. 2018. 60 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018.

PEREIRA, D. V. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social:** um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PEREIRA, M. F. V. A cana-de-açúcar e as usinas sucroalcooleiras no Triângulo Mineiro: periodização e processo recente de expansão. In: ENANPEGE, IX, 2011, Goiânia, 2011, p. 1-11.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. Geografia Agrária da Crise dos Alimentos no Brasil. **Encontro Latino Americano**, 2008. Disponível em :<

http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/EVENTOS/EVENTOS2008/geografia/geografia_bloque2_3.pdf . Acesso em 02 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. O Agronegócio do município. << Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,5128> >> Acesso em: 18 dez. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, M. A. P. **360° - O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método**. Edusp 5º ed. São Paulo, 2014.

SAUER, S. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Agriculturas**, n. 4, v. 8. Dezembro, 2011

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 139 -160.

VALOR ECONÔMICO. Indofood compra participação de fundos na CMAA. 2013. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/indofood-compra-participacao-fundos-cmaa-290113>. Acesso em 13 mai. 2020.

VINHA, J. F. S. C.; MASSON, G. A. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. IN: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M.. (Orgs) **Olhares e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. 1 ed. Jundiaí, 2018. p. 275-298.

Submetido em 31 de março de 2020

Aprovado em: 26 de maio de 2020

Publicado em: 30 de maio de 2020